



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

O litígio entre a TV Cabo Macau e os anteneiros é um problema herdado da História, mas, ao longo dos últimos dez anos e tal que se seguiram ao Retorno à Pátria, as respectivas autoridades não assumiram, efectivamente, as suas funções de tutela, esquivando-se e atrasando-se no tratamento desse litígio. Em 2010, o CCAC criticou, severamente, as autoridades com responsabilidades indeclináveis nessa matéria, esperando que o problema ficasse resolvido no prazo de um ano. Porém, só em Junho de 2013 é que as autoridades começaram a actuar, quando o Tribunal de Segunda Instância proferiu uma sentença, a ordenar que, no prazo de 90 dias, cumprissem, efectivamente, o contrato de concessão outorgado à TV Cabo, proibindo os anteneiros de transmitirem sinais de televisão não autorizados.

No dia 6 de Agosto de 2013, sob a coordenação dos serviços competentes, foi assinado um acordo de colaboração com os 14 anteneiros, que estipula que a TV Cabo Macau fornecerá os sinais televisivos que os actuais anteneiros vão aproveitar para a retransmissão. O Governo pagou de uma só vez 3,8 milhões à TV Cabo, pagando ainda mensalmente, para efeitos de manutenção, 980 mil patacas, até Abril do próximo ano, data do termo do contrato com a referida empresa. A sociedade critica que os serviços competentes perderam “não só a batalha, mas também as armas” e que o Governo desperdiçou 12 milhões de patacas para liquidar a conta, no entanto, dois terços dos canais a que os residentes tinham acesso foram eliminados. Os residentes ficaram indignados, porque tudo isto vem afectar gravemente o seu direito e o hábito de ver televisão. Assim, a sociedade reclama fortemente a implementação do regime de responsabilização dos dirigentes, tendo como resultado a transferência, a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

despromoção ou a exoneração dos dirigentes que não trabalham bem.

Recentemente, o Governo nomeou o director dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (DSRT), Tou Veng Keong, como assessor do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas. O Secretário Lau Si lo afirmou ser normal a mobilidade do pessoal, mas não explicou se essa mudança tem a ver, ou não, com a resolução ineficaz dos diversos problemas acumulados pelos serviços de telecomunicações. Esta actuação mostra a protecção que esse governante tem, mas a população perdeu a confiança na Administração, o que retira a imagem de um Governo incorrupto. Registaram-se mudanças de cargo e perda de confiança, mas não é possível esconder o problema concreto da população, que continua a não ter acesso a canais televisivos.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Atendendo à redução dos canais televisivos, depois da mudança de Tou Veng Keong, de que medidas ou planos de curto prazo dispõe o Governo para que a população possa voltar a ter acesso a esses canais?

2. O prazo do contrato de exploração em regime de exclusividade da TV Cabo expira em Abril do próximo ano. Sabe-se que tudo se vai desenvolver, no futuro, rumo à liberalização do mercado. O referido contrato estipula o seguinte: o prazo da concessão é renovável mediante negociação, a celebrar até dois anos antes do seu termo ou do prazo de renovação. A TV Cabo já apresentou um pedido de renovação, esperando conseguir ver ainda, no primeiro semestre do próximo ano, um acompanhamento concreto do assunto. De acordo com o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

andamento do Governo, será que este consegue concluir os estudos sobre a referida renovação, até Abril do próximo ano, e introduzir novos operadores? Se não conseguir realizar os referidos trabalhos no prazo definido, então, como vai o Governo resolver o problema? Será que vai renovar o contrato a curto prazo com a actual operadora, que é uma prática seguida pela Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações, para manter a actual situação?

3. Há um ditado chinês que diz o seguinte: "Sede do governo construída com ferro, mas dirigentes como água que corre". O regime de responsabilização dos dirigentes visa garantir a sua qualidade. Tendo em conta as questões da área de telecomunicações, houve já mobilidade de pessoal. No entanto, há que determinar de forma clara os objectivos das políticas e aperfeiçoar os mecanismos de gestão. Face às questões apresentadas pelos residentes, tais como a má transmissão televisiva, o Governo deve retirar os devidos ensinamentos, aperfeiçoar, no futuro, os respectivos diplomas legais e contratos, e reforçar a fiscalização da segurança e da qualidade dos serviços das telecomunicações. O Governo vai fazer isso?

29 de Outubro de 2013.

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Song Pek Kei